



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO
QUADRIÉNIO DE 2005/2009**

ACTA NÚMERO SETE

----- ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO, REALIZADA NO DIA QUINZE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E SEIS. -----

----- Aos quinze dias do mês de Dezembro de dois mil e seis, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Vimioso, conforme ponto um do artigo quadragésimo nono da lei número cento e sessenta nove barra noventa e nove de dezoto de Setembro alterada pela lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, com a seguinte ordem de trabalhos:----- **Ponto Um)**

– Aprovação da Acta da Reunião de vinte e nove de Setembro de dois mil e seis. ----- Ponto Dois) – Aprovação da Acta da Reunião Extraordinária de dezasseis de Outubro de dois mil e seis. -----

----- Ponto Três) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

----- Ponto Quatro) – PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

----- Ponto Quatro Um) – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à Actividade Municipal. -----

----- Ponto Quatro Dois) – Apreciação e Votação do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) para o Ano Financeiro de dois mil e sete. -----

----- Ponto Quatro Três) – Apreciação e Votação do Orçamento da Receita e da Despesa para o Ano Financeiro de dois mil e sete. -----

----- Ponto Quatro Quatro) – Apreciação e Votação da Carta Educativa do Concelho. -----

----- Ponto Quatro Cinco) – Apreciação e Votação dos Instrumentos de Gestão Previsional da “ Vimioso 2003” – Actividades Artesanais e Turísticas de Vimioso E.M. -----

Ponto Quatro Seis) – Apreciação e Votação da Criação do Gabinete de Apoio ao Emigrante na Câmara Municipal de Vimioso. -----

----- Ponto Quatro Sete) – Apreciação e Votação da Contratação do Empréstimo para a construção de vinte e seis fogos na Urbanização de S. Vicente Em Vimioso. -----

----- Ponto Quatro oito) – Outros Assuntos de Interesse para o Município. -

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, abriu a Sessão ordinária dando de seguida a palavra ao segundo secretário da mesa para verificar as presenças e as faltas dos elementos constituintes da Assembleia. Procedeu-se à chamada verificando-se que estavam presentes os seguintes deputados municipais: José António Cerqueira da Costa Moreira, Vítor Pereira Paiva Nogueira, Norberto Francisco Machado da Veiga, Aníbal Alves do Rosário, Ilda de Fátima Fernandes Martins, Luís Ventura Diz, Paula da Felicidade Ferreira Martins, Manuel Fernandes Oliveira, José Carlos Vaz Gonçalves, José Luís Pires Rodrigues, Acácio António Afonso Fernandes, Nuno dos Santos Penascals Martins, António Eduardo Frias Martins, a quem foi dada posse, Luís Manuel Tomé Fernandes, António Augusto Xavier Alves, Maria Odete Castro Vaqueiro, Domingos David Sardinha Pimentel, Marcolino Rodrigues Fernandes, César Manuel Veiga Rodrigues, António Bartolomeu Vaz Carvalho, Manuel Pascoal Lopes Padrão, Emídio Martins Domingues, José António Ramos Fernandes, Aníbal Augusto João Delgado, Vítor Manuel Fonseca Pires, José Maria João de Quina, Manuel Delfim Martins Miranda. Registaram-se as seguintes ausências dos senhores deputados: Jorge Alberto Tomé Santos e Faustino dos Santos Tomé Gonçalves Pissarro. -----

----- Estiveram presentes de acordo com o ponto três do artigo quadragésimo oitavo da lei número cento e sessenta nove, de dezoito de Setembro, alterada pela lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de Janeiro O Sr. Presidente da Câmara e os senhores vereadores, António Jorge Fidalgo Martins, António Manuel Prada Oliveira e Jorge dos Santos Rodrigues Fernandes. -----

----- Pelo Sr. Secretário da mesa foi dado conhecimento do expediente. -----

----- Ponto Um) – Aprovação da acta da reunião de vinte e nove de Setembro de dois mil e seis. -----

----- Não tendo havido intervenções o Senhor Presidente da Assembleia colocou a acta à votação tendo sido aprovada por maioria com as abstenções da representante da Junta de Freguesia de Caçarelhos, Maria Odete Castro Vaqueiro e do Sr. deputado António Frias. Declararam o seu sentido de voto(abstenção) pelo facto de não terem participado da reunião-----

----- Ponto Dois) – Aprovação da Acta da Reunião Extraordinária de dezasseis de Outubro de dois mil e seis. -----

----- Foi dada a palavra ao Sr. deputado Acácio Fernandes. Disse não ter nada a dizer relativamente à acta, contudo referiu-se ao facto de, a propósito das declarações de voto que proferiu, um Sr. Vereador a ter comentado sublinhando que, num regime democrático as declarações de voto não requerem o direito de resposta, pois que, sendo pessoais, não tem de se concordar ou discordar com o teor das mesmas. Continuou dizendo que jamais abdicaria do direito da liberdade de expressão e pensamento independentemente do local ou circunstâncias. Terminou dando os parabéns aos executivos que passaram pela Câmara municipal pelo facto de terem deixado “ caminhos de cabras” pavimentados com tapete asfáltico, concluindo que no processo de evolução que caracteriza a própria vida, nada é terminado se não for começado. -----

----- No uso da palavra. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, Vítor Pires, a exemplo do Sr. deputado Acácio Fernandes, disse não fazer qualquer sentido as declarações de voto serem comentadas, (também ele havia feito uma declaração de voto na reunião anterior). ----- Pediu e foi dada a palavra ao Sr.

Vice-Presidente que começou por dizer que o executivo tinha percebido muito bem a quem se dirigiam as intervenções anteriores. Uma vez que o seu colega Vereador Engenheiro Oliveira não estava presente, referiu que, apesar de não ser norma comentarem-se as declarações de voto, atendendo ao teor das mesmas, era normal que o Sr. Vereador exprimisse a sua opinião, sublinhando que, ao fazê-lo, foi com a autorização da mesa. Terminou dizendo que não houve qualquer violação das regras democráticas nem qualquer tentativa de contra-resposta. ----- Posta à votação a acta, a mesma foi aprovada por maioria com as abstenções da representante da Junta de Freguesia

de Caçarelhos Maria Odete Castro Vaqueiro e dos senhores deputados António Eduardo Frias Martins e José Luís Pires Rodrigues. Declararam o seu sen-

tido de voto (abstenção) pelo facto de não terem participado da reunião. -----

----- **Ponto Três) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

----- Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Angueira que expôs os seguintes assuntos: intempéries/arranjo de caminhos: na sequência das intempéries que se abateram no País e no concelho informou que vários caminhos e muros na zona do leito do rio (em Angueira) ficaram destruídos, tendo solicitado uma intervenção rápida a fim de minorar os estragos; - Casas em ruínas: na sequência do levantamento de imóveis em risco de ruir feita pelo Sr. Fiscal Municipal disse que a Junta de Freguesia já oficiara a Câmara Municipal no sentido de notificar os proprietários dos prédios para garantirem a segurança dos mesmos. Disse existirem alguns casos urgentes que colocam em perigo a segurança das pessoas; – Financiamento para obras; relativamente à antena de retransmissão e às obras no salão da casa do povo, disse ter conhecimento de que o GAT já tinha enviado as informações à Câmara nas quais o parecer seria favorável, donde, questionou se haveria ou não financiamento/apoio por parte da Câmara Municipal. ----- Usou da palavra o Sr. deputado Acácio Fernandes que se congratulou com a visita de S.^a Ex.^a. o Sr. Presidente da República ao concelho. A este propósito deu os parabéns à Câmara Municipal pois que soube aproveitar a oportunidade para publicitar a oferta de venda simbólica de lotes na zona industrial, desejando que essa iniciativa dê bons resultados. Questionou ainda, neste âmbito, e uma vez que o Sr. Presidente da Câmara referiu a um jornal regional que “ a autarquia está ainda a pensar ceder lotes para habitação a preços acessíveis para quem vier trabalhar para o concelho”, onde se localizavam esses lotes. -----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Avelanoso, José Maria Quina que questionou o Sr. Presidente da Câmara a propósito da casa de venda de produtos regionais de Avelanoso uma vez que havia sido inaugurada há um ano e ainda não lhe foi dada qualquer utilização recordando que tinham sido gastos cerca de cento e trinta mil euros. ----- O Sr. deputado Vítor Pava, autorizado a intervir, referiu-se à Lei das Finanças Locais comentando dois acontecimentos que lhe provocaram sentimentos de alegria, um, e de tristeza, outro. Mostrou a sua alegria, pelo facto de o Senhor Presidente da República

ter enviado a referida Lei ao Tribunal Constitucional, sublinhando, no entanto, que em termos financeiros pouco se poderia alterar sendo esse o aspecto que mais interessa aos municípios. Mostrou a sua tristeza relativamente aos comentários dos analistas político - financeiros segundo os quais, a partir de dois mil e dez, municípios com menos de dez mil habitantes, estão sujeitos a entrar na insolvência. Ora, o concelho de Vimioso tendo menos de dez mil habitantes está incluído nessa lista, daí a sua tristeza. Terminou questionando o Sr. Presidente relativamente ao que estava previsto fazer-se quanto às mini - hídricas uma vez que era uma das prioridades da autarquia, considerando que era urgente avançar nesse domínio. -----

----- Para responder às intervenções anteriores foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. Começou por responder ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Angueira dizendo: **arranjo de caminhos:** referiu que o problema se registava em todas as freguesias donde, dentro das possibilidades da Câmara Municipal se iria dando resposta a essas necessidades. Contudo, referiu que as próprias Juntas de Freguesia deveriam intervir nesse problema não devendo estar apenas à espera da intervenção da Câmara Municipal; **casas em ruínas:** referiu que se tratava de um problema que afectava todas as freguesias, com o levantamento que solicitara pretendia-se notificar os proprietários para a necessidade de recuperarem esses prédios e, simultaneamente sensibilizá-los para poderem comercializá-los a preços de mercado permitindo a compra e futura recuperação. Exemplificou com o que acontecera em Vale de Algosó onde praticamente não existiam casas para vender pois que várias pessoas compraram e recuperaram, concluiu dizendo que caso as pessoas não vendam ou não garantam a segurança dessas casas em ruína, será aplicada a Lei; - **Antena e Salão,** informou que, na verdade, já dispunha das informações dos técnicos e que a seu tempo, em função das disponibilidades financeiras, seria equacionado o apoio à Junta de Freguesia.-----

- Respondeu, de seguida, ao Sr. deputado Acácio Fernandes referindo que, tinha ficado muito satisfeito com a visita do Sr. Presidente da República sublinhando que, neste momento as grandes prioridades do executivo respeitam à dinamização da zona industrial e à ligação Vimioso – Outeiro. Referiu que existe uma relação de causas efeito entre estas duas obras, dando como exemplo o caso de um empresário de transportes internacionais que apesar de querer

instalar-se em Vimioso, não o fazia devido à falta de acessibilidades. Não obstante, informou que já existiam vários projectos na Câmara Municipal para investimento na zona industrial, sublinhando que, neste momento, todos os lotes estavam reservados. Disse que a estratégia de atracção de investimentos continuaria pois, só assim se criariam postos de trabalho e criariam condições para a fixação de jovens. A propósito da criação de condições para a fixação dos jovens respondeu à questão dos lotes para habitação, dizendo que o executivo equacionava a hipótese de vir a disponibilizar lotes para habitação para aqueles que aqui se quisessem fixar. Concluiu dizendo que o desenvolvimento do concelho e o futuro do mesmo é uma tarefa de todos e não apenas da Câmara Municipal donde, todas as ideias e contributos deveriam ser apresentadas e discutidas. Relativamente à casa de Avelanoso, respondeu ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia dizendo que tinha sido uma das obras, cuja realização mais prazer lhe dera, na medida em que constitui um excelente exemplo de como se devem recuperar casas antigas dando-lhe o conforto das construções modernas. Recordou que essa casa, integrada no programa da rota da terra fria, se destina à venda de produtos regionais e, ainda só não estava em pleno funcionamento porque foi necessário substituir o piso em madeira por granito. Deixou a garantia de que, em breve, estaria em funcionamento a exemplo do que acontecerá nos outros municípios que integram a rota. -----

----- Em resposta ao Sr. deputado Vítor Paiva disse partilhar das suas alegrias e tristezas, no entanto mostrou-se mais optimista relativamente à evolução da população que queria ver crescer, caso contrário não faziam qualquer sentido os investimentos e estratégias que estão a ser implementadas. Quanto às mini – hídricas, informou que a Câmara Municipal já tinha falado com técnicos e empresas no sentido de avaliar as possibilidades de produção de energia no concelho (hídrica, eólica e fotovoltaica). Referiu que o grande problema é a falta de estações receptoras da energia produzida. Informou que o projecto da mini – hídrica de Algozo estava em fase de aprovação de impacte ambiental e que havia autorização de ligação à rede.

----- Para novas intervenções foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Víboras, Domingos Pimentel. Na sequência da falta de gente e dos estudos que condenam o concelho, referiu que frequentemente é oficiado pelo STAPE informando

de irregularidades no recenseamento de pessoas que estão no caderno eleitoral da freguesia mas residem noutra local. Considerou que as pessoas podem viver em mais de um local, mas o local de nascimento é só um. Neste sentido questionou se não poderia ser tomada nenhuma medida por forma a que as pessoas pudessem recensear-se ou no local onde vivem ou no local onde nasceram. -----

No uso da palavra, o Sr. deputado Manuel Oliveira, a propósito das casas em ruínas, sugeriu que a Câmara Municipal podia adquiri-las, em algumas situações proceder ao emparcelamento uma vez que há casas muito pequeninas, e recuperá-las. Uma vez recuperadas poderiam ser disponibilizadas aqueles que aqui se fixassem. Além disso evitava-se o problema do despovoamento do centro das localidades uma vez que as pessoas por falta de condições vão construir nas zonas limítrofes. -----

----- Para responder foi dada a palavra ao Sr. presidente da Câmara. Relativamente à questão levantada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Víboras, apesar de concordar e compreender a sua preocupação, disse tratar-se de uma questão legal sobre a qual nem Câmara nem Assembleia Municipal têm competência para legislar. No entanto mostrou-se disponível para ajudar a colocar o problema a quem de direito. Referiu-se ainda ao facto de, com a nova Lei das Finanças Locais e a possibilidade de, cinco por cento do I.R.S. reverter para as autarquias, ser necessário sensibilizar as pessoas do concelho que aqui não têm o seu domicílio fiscal a transferirem-no para Vimioso. -----

Quanto à intervenção do Sr. deputado Manuel Oliveira disse concordar plenamente com a sua sugestão pois que, para além de uma economia de custos permitiria a recuperação do património disponibilizando-o para quem aqui se quisesse fixar. No entanto realçou que a efectivação dessa medida implica recursos financeiros consideráveis não disponíveis no momento. Não se registaram mais intervenções neste período. -----

----- **Ponto Quatro) – PERÍODO DA ORDEM DO DIA.** -----

----- **Ponto Quatro Um). – Informação Escrita do Sr. Presidente da Câmara relativa à Actividade Municipal.** -----

----- Pelo Sr. Presidente da Câmara foi apresentada a respectiva informação. ---

----- Aberto o período para intervenção, usou da palavra o Sr. deputado José Carlos Gonçalves que colocou as seguintes questões: - constru-

ção/beneficiação do Centro Escolar de Vimioso, o que é que vai ser beneficiado; - aprovação do projecto de requalificação urbanística da rua Abade Baçal em Vimioso, o que é que se pretende fazer. ----- O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, Vítor Pires usou da palavra para registar que, enquanto havia aldeias que há seis anos não passava uma máquina, outras beneficiaram de tout venant, mostrando dessa forma o seu desagrado pela situação. ----- Para responder foi dada a palavra ao Sr. Vereador Engenheiro Oliveira tendo feito os seguintes esclarecimentos: em resposta ao Sr. deputado José Carlos Gonçalves: Centro Escolar construção/beneficiação – referiu que foi o nome dado à obra, que todos conheciam em que consistia a obra, sublinhando que a beneficiação respeita aos espaços exteriores; rua Abade Baçal: respeita a um espaço na rua Abade Baçal em frente à antiga residencial centro que resultará numa zona desportiva e parque de estacionamento. Respondeu ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Angueira dizendo que quem tem tout venant não tem um magnífico parque de merendas, uma igreja requalificada ou uma estrada beneficiada. ----- Pediu e foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de freguesia de Angueira, Vítor Pires que, dirigindo-se ao Sr. Vereador António Oliveira o questionou nos seguintes termos: o que é que a Câmara Municipal fez no parque das merendas exceptuando o calcetamento; referiu que o parque de merendas orçou em quinze mil contos tendo a Câmara Municipal contribuído com mil ou mil e poucos contos. Relativamente à Igreja afirmou que se tivesse sido a Junta de Freguesia a pedir o apoio, assim como foi a Comissão Fabriqueira a solicitá-lo, a Igreja ainda hoje não estava arranjada. Reforçou esta convicção dizendo que o cemitério também faz parte da Igreja, mas como está sob o domínio da Junta de Freguesia ainda não foi arranjado nem o será uma vez que a Junta de Freguesia solicitou apoio financeiro para esse fim à Câmara Municipal e não foi concedido. ----- Respondeu o Sr. Engenheiro Oliveira recordando ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Angueira que o calcetamento, a parte eléctrica e de pichelaria do parque de merendas fora realizada pela Câmara Municipal. Continuou dizendo que outras freguesias como Argoselo e Campo de Víboras, a título de exemplo, haviam solicitado apoios para a Igreja e cemitérios e não lhes tinham sido concedidos, subli-

nhando que não era possível a uma Câmara Municipal atender a todos os pedidos. ----- **Ponto Quatro Dois).** – **Apreciação e Votação do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) para o Ano Financeiro de dois mil e sete.** ----- **Ponto Quatro Três).** – **Apreciação e Votação do Orçamento da Receita e da Despesa para o Ano Financeiro de dois mil e sete.** ----- O Sr. Presidente da Assembleia, dada a complementaridade dos assuntos propôs, e foi aceite pela Assembleia, que fossem tratados em conjunto, sendo que as votações ocorreriam em separado. ----- Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentar os documentos, fez a seguinte intervenção: no estrito cumprimento da Lei apresentamos a esta Assembleia o Plano Plurianual de Investimentos e o Orçamento para o ano de dois mil e sete, aprovado pelo executivo ao qual tenho a honra de presidir em reunião de vinte e sete de Novembro passado. Para além do carácter técnico que os caracterizam, Plano e Orçamento são documentos políticos onde estão definidas as acções a levar a efeito no próximo ano e seguintes. Apresentamos um orçamento de catorze milhões trezentos e trinta e sete mil setecentos e cinquenta euros dos quais quatro milhões duzentos e sessenta e dois mil e quinhentos euros que se destinam a despesas correntes: sublinho que no âmbito de despesas com pessoal prevemos uma redução relativamente ao ano transacto. Resultam pois, para despesas de capital, o mesmo é dizer para investimento, dez milhões cento e quinze mil e duzentos e cinquenta euros. Face a esses montantes há uma questão que se impõe: Plano e Orçamento são ou não realistas? A resposta é só uma e muito clara: Plano e Orçamento são totalmente realistas. Trata-se de documentos ambiciosos mas realistas, o nosso concelho precisa e merece políticas e perspectivas optimistas e ambiciosas. Nunca prometemos o paraíso mas jamais nos resignamos e conformamos nunca aceitando, e portanto, combatendo sempre o fatalismo que nos vaticinam. O trabalho por nós realizado do qual nos orgulhamos é bem demonstrativo da nossa determinação e confiança no futuro. Tudo temos feito, e continuaremos a fazer. para proporcionar aos nossos munícipes mais e melhores condições de vida. É óbvio que é sempre possível fazer mais. É justamente para isso, isto é, para fazer do nosso concelho uma terra mais próspera, mais justa e mais solidária que empregamos todos os nossos esforços. Mas, se os planos são importan-

tes, mais importante é solucionar os problemas das pessoas, é concretizar efectivamente aquilo que nos comprometemos realizar, é isso que estamos a fazer. Temos dado particular atenção aos alunos do nosso concelho. A melhoria das condições para a prática educativa e acima de tudo a preocupação com a socialização das nossas crianças e jovens terá resposta na nova construção do Centro Escolar. A construção de vinte e seis casas para famílias carenciadas no âmbito da habitação a custos controlados, é bem reveladora da nossa preocupação com as questões sociais. A nível de Ordenamento do Território continuamos com a política de requalificações urbanas onde simultaneamente preservamos o património e introduzimos elementos modernos aos espaços públicos. A questão da água, retenção, tratamento e abastecimento assume prioridade na nossa acção. A conservação da Natureza e a Protecção da Floresta cujo plano de prevenção estará no final do mês aprovado surgem como área de intervenção privilegiada. Numa política continuada de inovação procuramos preservar, divulgar a nossa cultura bem como promover o desporto. A defesa da nossa entidade cultural manter-se-á na ordem do dia ao mesmo tempo que disponibilizamos espaços para o desporto e lazer. Neste domínio o parque de campismo será uma realidade. Finalmente porque geradora de riqueza e portanto postos de trabalho na vertente económica a estratégia da atracção de investimentos e o aproveitamento dos nossos recursos naturais terá novos impulsos. Refiro-me à zona Industrial, ao aproveitamento hidro – eléctrico de Algosó, às águas sulfurosas da Terronha, à gestão da zona de caça turística de Algosó e Matela, bem como outras iniciativas que estão a ser preparadas. Pensamos ser este o caminho a percorrer no sentido da construção de um futuro que queremos cada vez melhor. A nova Lei das Finanças Locais e o total desconhecimento até à data dos programas operacionais do novo quadro comunitário dificultam a programação e geram incertezas quanto a investimentos futuros, designadamente quanto ao simples facto de saber a que áreas serão afectados mais recursos. Contudo saberemos encontrar as melhores formas de defender os legítimos interesses do concelho. A melhor garantia que podemos deixar é de que os valores do trabalho da transparência e da seriedade orientarão sempre a nossa acção. Renovo pois a minha grande confiança nas gentes e no futuro do nosso concelho. -----

----- Aberto o período de intervenções / pedido de esclarecimentos, o Sr. deputado Acácio Fernandes começou por dar os parabéns ao executivo uma vez que, relativamente ao ano anterior o P.P.I, há uma contenção de quatro milhões de euros, donde há uma aproximação à realidade do concelho. Registou que no P.P.I. não aparecem contempladas quatro grandes bandeiras do Sr. Presidente da Câmara, a saber: Centro Hípico, Tauródromo, Campo de Golfe e Quinta Biológica. Fez votos para que a estrada Angueira/Três Marras ficasse concluída com a maior brevidade possível, assim como duas obras inscritas no P.P.I. de dois mil e seis: arruamentos em Pinelo e Polidesportivo em Caçarelhos. Solicitou ainda os seguintes esclarecimentos: (página dois do P.P.I.) – Serviços Individuais de Saúde: questionou a que respeita essa rubrica; (página três) – recuperação de fachadas: questionou qual a localidade onde serão recuperadas as fachadas; (página cinco) – Construção/beneficiação de arruamentos diversos no concelho: questionou onde seriam realizados esses arruamentos; - Beneficiação de Infra - estruturas Urbanas: questionou quais e onde seriam beneficiadas essas infra - estruturas; (página oito) – Reforço de Abastecimento de Água no concelho: questionou o que se pretendia fazer; Depósitos de água no Concelho: questionou onde é que seriam construídos; (página nove) – Protecção de Áreas Florestais no Concelho: questionou quais e onde se situam essas áreas; (página dez) – Indemnização por ocupação de terrenos e /ou prejuízos causados: disse existir uma duplicação da rubrica; (página catorze) – Caminhos Agrícolas: questionou quais e onde eram esses caminhos.

----- Para responder a esta intervenção foi dada a palavra ao Sr. Vereador António Oliveira, relativamente ao Centro Hípico, Tauródromo, Quinta Biológica e Campo de Golfe, respondera que o facto de não estarem no plano, não significa que não se esteja a trabalhar nelas, pois que, há projectos a contratar, financiamentos a assegurar, parecerias estratégicas (ex. Campo de Golfe) a conseguir. Informou que os arruamentos de Pinelo já estavam concluídos e estavam a ser pagos; garantiu a conclusão do Polidesportivo de Caçarelhos para o final de dois mil e sete, apesar de não ser essa a vontade de alguns dos vereadores da Câmara Municipal. Continuou com a resposta aos outros pedidos de esclarecimento: - (página dois) Serviços Individuais de Saúde: respeita à necessidade de contratação de serviços no âmbito da Higiene e Segurança no Trabalho; (página três)

– recuperação de fachadas: referiu que se tratava de fachadas em Avelanoso, informando que foi recuperada uma, esperando que outras fossem recuperadas; (página cinco) – Construção/Beneficiação de arruamentos no Concelho: referiu tratar-se de uma rubrica genérica mas necessária para, a qualquer momento, poder responder a situações imprevistas (ex. intempéries); - Beneficiação de Infra – Estruturas Urbanas: disse que, em função do QREN (novo quadro de apoio) é necessário ter rubricas suficientemente abrangentes onde possam ser integradas obras eventualmente candidatáveis; (página oito) reforço de água e depósitos de água no Concelho: informou que a Câmara Municipal já dispõe de um estudo estratégico para o abastecimento de água e que, na sequência das orientações do QREN, Vimioso, Miranda e Mogadouro estão a estudar a possibilidade de se associarem para gestão de água e saneamentos, donde não é possível, de momento, especificar os locais de intervenção; (página nove) – Protecção de áreas Florestais: informou que a rubrica respeitava à beneficiação de caminhos facilitadores do acesso a zonas florestais. (página dez) – concordou que existe duplicação de rubricas, contudo sem qualquer interferência em termos de valores finais; (página catorze) – Caminhos Agrícolas: respondeu que, a exemplo anterior quadro comunitário , existe a expectativa de que haja financiamento para os caminhos agrícolas. -----
----- No uso da palavra, o Sr. deputado Vítor Paiva mostrou o seu contentamento com a construção do Parque de Campismo considerando que se trata de uma infra-estrutura geradora da atracção de gente. Lembrou que há nove anos que se falava no Parque de Campismo e que, finalmente, seria uma realidade. Referiu-se à problemática dos Incêndios Florestais em que, segundo informações do Sr. Ministro da Agricultura, apenas oitenta Câmaras se haviam candidatado a fundos para prevenção de incêndios, tendo inclusivamente o prazo de candidaturas sido alargado. Questionou se a Câmara Municipal tinha feito a candidatura. -----
----- Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, Vítor Pires que considerou o P.P.I. irrealista em que não se sabia o que se queria fazer pois que, apresentavam-se um grande número de rubricas dotadas com cinco mil euros, o que significa que não são exequíveis. Relativamente a Angueira, exceptuando o “tal caminho de cabras a que se referiu o Sr. Vereador Engenheiro Oliveira”, nada mais está previsto. Neste sentido per-

guntou para quando está prevista em plano a estrada Angueira / Especiosa e a construção de açudes em Angueira. Questionou ainda qual o objectivo do empréstimo aprovado na anterior reunião, pois que, tendo sido referido que se destinava para a quinta biológica, para a zona industrial e recuperação da Igreja Matriz de Vimioso, essas obras não constam em plano. Acerca da quinta biológica disse não perceber a localização uma vez que se situaria entre os dois estaleiros de materiais de construção com uma central betuminosa ao lado, próximo de uma pedreira a céu aberto e de uma construção clandestina. -

----- Dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Avelanoso, este questionou se a Câmara Municipal possuía um mapa de todas as freguesias que existem no concelho e se sabia quais eram, já que, algumas não constavam em plano ou, a partir de determinada data, deixavam de constar no P.P.I. Questionou ainda o Sr. Vereador Oliveira acerca do qual tinha sido a fachada recuperada em Avelanoso já que não conhecia nenhuma, exceptuando uma recuperação que teria orçado os cento e trinta mil euros. ----- Usou da palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, Vítor Pires. Quando se referira à contratação do empréstimo dizendo que o Sr. Presidente da Câmara afirmava que era para as obras (quinta biológica, zona industrial e Igreja Matriz), por parte do executivo houve reacções dizendo que não se destinava a essas obras. Nessa sequência o Sr. Presidente da Junta de Freguesia leu textualmente um excerto da última acta em que o Sr. Presidente se referira a essas obras. -----

----- Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que começou por esclarecer o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Angueira relativamente às obras a que o empréstimo se destinava. Assim, referiu que essas obras foram indicadas em Reunião de Câmara aquando da aprovação da contratação do empréstimo não estando incluídas nenhuma das que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Angueira referira. Esclareceu que esses projectos e obras faziam parte da estratégia de desenvolvimento traçada para o concelho. Terminou dizendo que para a Igreja Matriz existe financiamento e para a quinta biológica nem sequer existe projecto, donde, o empréstimo não se destina a essas obras. -----

----- Para os respectivos esclarecimentos das anteriores intervenções passou a usar da palavra o Sr. Vereador António Oliveira. Respondeu

ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, relativamente ao Plano, dizendo que se se multiplicarem as cento e cinquenta acções que constam do Plano por cinco mil euros ver-se-ia que o total era muito inferior ao total do Plano, donde era totalmente falso dizer-se que se abrem rubricas com cinco mil euros, exemplificando com a intervenção do Sr. deputado Acácio Fernandes, na qual ficou bem demonstrado que as rubricas do Plano estão perfeitamente cabimentadas. Referiu-se igualmente ao empréstimo aprovado na reunião anterior dizendo que o excerto que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia lera respeitava a uma apresentação genérica do empréstimo tendo o Sr. Presidente da Câmara referido os projectos de futuro. Sublinhou que se o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Angueira estivesse na posse de todos os documentos, e não apenas da acta da última reunião, verificaria, uma por uma, as obras a que se destina o empréstimo. Relativamente ao pedido de esclarecimento do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Avelanoso, disse que no anterior mandato se realizara uma reunião com proprietários de casas de Avelanoso, na qual se explicaram em que condições podiam beneficiar de apoios à recuperação de fachadas. Dos presentes apenas um acabou por apresentar candidatura donde, apenas uma fachada foi recuperada, tendo referido que estava localizada junto a um largo que no mandato anterior fora alvo de uma grande intervenção, para exemplificar que a Câmara conhecia todas as aldeias sendo que todas são contempladas, umas num momento outras noutra, não aceitando, desta forma, o tom irónico com que a questão foi colocada. Acrescentou que relativamente à carta das freguesias, a Câmara Municipal na reunião anterior (da Câmara) adjudicara a cartografia à escala 1/1000 de todos os aglomerados urbanos do concelho de Vimioso, a fim de iniciar o processo de revisão do P.D.M. ----- O Sr. deputado José Carlos Gonçalves, no uso da palavra para pedir os seguintes esclarecimentos: (página um) – Escola de Artes e Ofícios: existe ou não uma localização precisa; Centro Escolar: a verba inscrita, a autarquia não vai gastá-la; (página três) - Sistema de Informação Geográfica: para quando é que arranca, uma vez que constava já de Planos anteriores; (página cinco) – Revisão do P.D.M: existe ou não algum prazo para a sua revisão; (página oito), – Construção de Depósitos de Água em Vimioso: qual será a sua localização; (página dez) – Construção do Canil Intermunicipal: qual o ponto da situação; (página doze) – Apoio à

Construção de uma Unidade Industrial de desmancha: para dois mil e seis estiveram previstos duzentos mil euros, não tendo sido gasto nada, e agora só há previsão de trezentos e vinte e cinco mil euros para dois mil e oito, questionou o porquê. (página catorze) – Central de Camionagem em Vimioso: dotada em cinco mil euros, perguntou qual a localização. (página quinze) – Construção do Pavilhão Multiusos – Campo da Feira: dotada com um milhão e cem mil euros, questionou se está previsto mais alguma intervenção. Questionou ainda para quando a mudança do local da feira bimensal para esse novo espaço; - recuperação de bermas e execução de valetas em betão: considerou que a verba prevista devia ser maior em função das necessidades actuais; (página dezasseis) construção do Museu de azeite: onde se localiza. -----

----- Para responder às intervenções foi dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente. Começou por dizer, relativamente ao Centro Escolar, que o Sr. deputado José Carlos Gonçalves quis transmitir a ideia de que a Câmara Municipal, e portanto o executivo, não teriam qualquer mérito na obra em questão já que ela era totalmente financiada. Considerou que era uma opinião/afirmação provocadora porque o Sr. deputado tinha perfeito conhecimento de que assim não era. Sublinhou que existia um protocolo com a DREN no qual a Câmara se comprometia a elaborar projecto, doar o terreno e o pavilhão gimnodesportivo, lançar concurso e fiscalizar a obra, e fazer candidatura à O.N. Ora, dizer-se que a Câmara não gastará qualquer verba é distorcer intencionalmente a realidade. Continuou dizendo que o Centro Escolar tinha alguma similitude com a obra do Centro de Saúde, com a diferença de que as verbas da candidatura à O.N. poderiam ter sido utilizadas noutras obras. Concluiu dizendo que o Sr. deputado deveria regozijar-se com o Centro Escolar, sendo que, mais importante do que o mérito da Câmara (que o tem) é criar mais e melhores condições aos alunos do concelho. -----

----- Continuaram os esclarecimentos, agora usando da palavra o Sr. Vereador Oliveira: Quanto ao projecto e localização da Escola de Artes e Ofícios esclareceu que o projecto estava a decorrer com toda a normalidade e a localização prevista situa-se no loteamento de S. Vicente. Relativamente ao Sistema de Informação Geográfica e P.D.M., informou que a Câmara está a adquirir a cartografia digital e, na posse desta, poderá iniciar o processo de revisão do P.D.M. Contudo lembrou que se tratava de um processo muito

moroso donde, no presente mandato, não estaria concluído, mantendo-se o actual em vigor. Esclareceu que ainda não havia uma decisão da localização exacta para a construção dos depósitos em Vimioso mas que, não ficariam muito distantes dos actuais, mas certamente mais alteados. Relativamente à Estrada Nacional duzentos e dezoito – dois (Vimioso – Pinelo) informou que a Câmara propusera à Direcção de Estradas de Bragança que esta pagasse oitenta a noventa por cento da obra (beneficiação) e a Câmara ficaria com ela. No entanto, até à data, ainda não houve qualquer resposta à proposta. Acerca do Pavilhão Multiusos informou que faltam pagar as verbas inscritas no Orçamento mas que a Câmara Municipal também tem a receber verbas de fundos comunitários e de contratos – programa. Relativamente à localização da Central de Camionagem respondeu que existem várias hipóteses não havendo ainda uma decisão final. -----

- Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, foram dados os seguintes esclarecimentos: canil intermunicipal referiu que o projecto inicial orçava em cerca de oitocentos mil euros, verba muito elevada (justificada pela tipologia do terreno e custos com muros de suporte) pelo que foi decidido um novo terreno estando o projecto a ser alterado. Informou que inicialmente o canil se destinava aos municípios de Mogadouro, Miranda e Vimioso, sendo que, agora, Bragança também já decidira integrar o projecto, facto que permitia uma redução de custos pelos municípios que inicialmente se associaram; Unidade de desmancha esclareceu que, neste projecto da “Raça Mirandesa” a associação tivera alguns problemas não tendo conseguido financiamento no anterior quadro comunitário, daí o atraso. Contudo, informou que a Câmara Municipal mantém nos mesmos termos o protocolo com a associação pois que o seu projecto significará a criação e fixação de postos de trabalho em Vimioso; Museu do Azeite: sublinhando que o concelho tem tradições no azeite, referiu que gostaria de ver preservada a memória dos antigos lagares valorizando, deste modo, a rota do azeite da qual o nosso concelho faz parte. Referiu que a concretização deste projecto estava dependente, tal como muitos outros, de fundos comunitários, pois, de outra forma não será possível já que o orçamento da Câmara não o permite recordando que só cinco por cento do orçamento constituem receitas próprias. ----- Autorizado a intervir, o Sr. deputado José Carlos Gonçalves, agradeceu os esclarecimentos,

e, esclareceu relativamente ao Centro Escolar e à resposta do Sr. Vice-Presidente, que era totalmente falso que, na sua primeira intervenção, quisesse transparecer que a autarquia não tinha qualquer mérito na obtenção de financiamento e portanto na futura concretização da obra. Congratulou-se com o Centro Escolar deixando o desejo de que se concretize rapidamente. Concluiu dizendo que apenas tinha expressado a sua opinião não compreendendo a resposta/reacção do Sr. Vice-Presidente. ----- Pediu e foi dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente para reafirmar que a forma como o Sr. deputado José Carlos se referira ao Centro Escolar fora no sentido de desvalorizar a intervenção da Câmara Municipal. Considerou, igualmente, que tinha sido a sua interpretação e que tinha o mesmo direito de a transmitir. Registou o facto de o Sr. deputado se congratular com o Centro Escolar. -----

----- Não se tendo registado mais intervenções pelo Sr. Presidente da Assembleia foi colocado à votação o Plano Plurianual de Investimentos tendo sido aprovado por maioria com a seguinte votação: votos contra – cinco, dos Srs. deputados Acácio Fernandes, José Carlos Gonçalves e José Luís Rodrigues e dos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia de Angueira, Vítor Pires, e Avelanoso, José Quina; abstenções – duas dos Srs. deputados Nuno Penascais e António Frias. Posto à votação em minuta foi aprovado por unanimidade. De seguida passou-se à votação do Orçamento da Receita e da Despesa para o ano financeiro de dois mil e sete, tendo sido aprovado por maioria com a seguinte votação: votos contra: um, do Sr. deputado José Luís Rodrigues; abstenções: cinco, dos Srs. deputados Acácio Fernandes, Nuno Penascais, António Frias e pelos Presidentes da Junta de Freguesia de Angueira, Vítor Pires e Avelanoso, José Quina. Colocado à votação em minuta, foi aprovado por maioria. -----

----- Foram apresentadas as seguintes declarações de voto: pelo Sr. deputado Acácio Fernandes: “em relação ao P.P.I. eu votei contra por cinco razões: primeira; cerca de vinte e cinco por cento do investimento deste plano destina-se ao pagamento de obras concluídas em anos anteriores e também de equipamento já adquirido, obras tais como: avenida vinte e cinco de Abril em Carção cento e oitenta e sete mil euros, zona envolvente da atalaia em Vimioso setenta e cinco mil euros, Largo da Misericórdia e zona envolvente em Santulhão cinquenta e sete mil, largo da Capela e

zona envolvente em Uva cinquenta e seis mil, Zona do Calvário em Argoselo, está agora a ser concluída, duzentos e trinta e sete mil, segunda fase do Loteamento Industrial Municipal de Vimioso duzentos e quarenta e cinco mil, Pavilhão Multiusos um milhão e cem mil e ligação Vale de Frades/Avelanoso setenta e cinco mil. Equipamento: autocarros quarenta mil e as máquinas pesadas cento e dezassete mil. Segunda razão: este P.P.I. é fotocópia, um pouco remendada, do P.P.I. de dois mil e seis; terceira razão: este P.P.I. tem objectivos com acções muito generalistas, não identificadas e não referenciando onde vão ser executadas, tais como: recuperação de fachadas, construção/beneficiação de arruamentos diversos no concelho, beneficiação de infra estruturas urbanas, reforço de abastecimento de água no concelho, construção de depósitos de água no concelho, Protecção de Áreas Florestais e construção de caminhos agrícolas, quarta razão: com este P.P.I. cerca de setenta por cento das freguesias não vão ter qualquer investimento por parte da Câmara Municipal; e quinta razão: este P.P.I. continua a contemplar uma obra considerada ilegal pelo Tribunal de Contas, que eu não vou identificar, que toda a gente sabe qual é. Quanto ao Orçamento abstenho-me, porque há cinquenta por cento da responsabilidade dos Serviços Administrativos na elaboração deste documento”. -----

----- Pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Angueira; Vítor Pires foi apresentada a seguinte declaração de voto: “ eu voto contra por várias razões: primeiro, por falta de investimento neste plano para a minha freguesia, segundo, por ser um plano irrealista e em terceiro lugar, pelo facto de o apoio às Juntas de Freguesia ser insuficiente na medida em que os valores que aqui estão apresentados não chegam para satisfazer as necessidades de qualquer um de nós”. -----

Ponto Quatro Quatro). – Apreciação e Votação da Carta Educativa do Concelho. -----

----- Para apresentar o documento foi dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente que referiu tratar-se de um documento fundamental relativamente ao reordenamento da rede escolar do concelho. Sublinhou a importância da primeira parte do documento que considerou bem elaborado e um excelente suporte para outros trabalhos pois que caracteriza com exaustão e rigor o concelho em diversas áreas. A segunda parte respeita à proposta de reorganização da rede

escolar, contendo as propostas aprovadas em sede de Conselho Municipal de Educação e posteriormente em reunião de Câmara. Sublinhou a necessidade de aprovação imediata da Carta Educativa no sentido de a enviar à DREN a fim de ser homologada. Informou que da elaboração e aprovação deste documento defendiam as candidaturas a fundos comunitários. Sintetizou as propostas de reorganização da rede escolar dizendo que os alunos do primeiro ciclo ficarão agrupados em Vimioso à excepção de Argoselo cuja E B Um se manterá enquanto houver número de alunos que o justifique. Quanto ao Pré-Escolar, enquanto houver procura manter-se-ão os jardins de infância em funcionamento. Concluiu dizendo que continuarão a ser feitos todos os esforços no sentido de funcionarem cursos de formação profissional nível III em parceria com o Centro de Formação de Bragança. ----- No uso da palavra, o Sr. deputado Acácio Fernandes considerou a carta educativa um documento bem elaborado e de grande utilidade para outras áreas de intervenção. Contudo, criticou o facto de ser muito extenso, e não apresentar uma síntese conclusiva. Concluiu questionando quais as escolas em funcionamento no presente ano lectivo e quais funcionariam no ano lectivo dois mil e sete dois mil e oito, ano de configuração final da rede educativa. ----- Para responder foi dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente. Explicou que o facto de o documento (carta educativa) ser extenso se deve à necessidade de preencher todas as normativas que devem presidir à sua elaboração. Justificou a não existência de uma conclusão suficientemente clara e objectiva com o facto de a carta educativa ser um documento aberto e dinâmico podendo a qualquer momento sofrer alterações. Respondeu que as escolas do primeiro ciclo em funcionamento são: Vimioso, Carção, Santulhão, Argoselo e Algosó (excepcionalmente). No ano de dois mil e sete dois mil e oito, estando o Centro Escolar concluído funcionará o primeiro ciclo em Vimioso e Argoselo. Sublinhou que a Câmara Municipal tudo fará para que a Escola de Argoselo se mantenha aberta por muitos mais anos. Recordou ainda que pela primeira vez, este ano, todas as crianças do concelho em idade pré-escolar frequentam o jardim de infância. Referiu-se ao facto de os alunos transportados ser garantida a alimentação gratuita bem como à forma positiva como estão a decorrer as actividades de enriquecimento curricular. ----- Não havendo mais pedidos de esclarecimento o Sr. Presidente da Assembleia colocou este ponto à vota-

ção tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta. -----

----- **Ponto Quatro Cinco). – Apreciação e Votação dos Instrumentos de Gestão Previsional da” Vimioso 2003” – Actividades Artesanais e Turísticas de Vimioso E.M.** -----

----- Para apresentar o documento foi dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente, que se referiu à Empresa Municipal como uma aposta ganha relativamente aos pressupostos e objectivos com que foi criada no anterior mandato. Sublinhou a defesa e procura das actividades artesanais do concelho, tendo, no último ano, a empresa assumido algumas actividades (no âmbito dos seus estatutos) que realizou com sucesso, designadamente a exploração das piscinas municipais, a realização das festas do concelho (Agosto) e a organização da Feira de Artes Ofícios e Sabores em conjunto com as associações e clubes do concelho. Sublinhou o facto de a Empresa não ter qualquer gasto com os órgãos de direcção. Referiu-se aos documentos em apreciação dizendo tratar-se, em síntese, do plano e do orçamento para o ano de dois mil e sete onde se prevê dar continuidade ao trabalho até aqui desenvolvido, intensificando as acções de formação do nosso artesanato em função das oportunidades/espacos que nos possam vir a ser disponibilizadas. -----

----- Interveio o Sr. deputado José Luís Rodrigues considerando importante a preservação do artesanato. Nesta sequência referiu que o nosso concelho não é assim tão pobre, como se diz ou se quer fazer ver, sublinhando que era fundamental apostar de forma efectiva e determinada na agricultura, actividade que ocupa mais gente do que aquela que é apontada nas estatísticas. Continuou reforçando a qualidade dos produtos do concelho, produtos que nos distinguem de outros concelhos, mas aos quais a Câmara não tem dado a devida importância. Solicitou, neste sentido, o envolvimento da Câmara Municipal no processo de certificação dos produtos a fim de evitar problemas com as autoridades de fiscalização que a todo o momento poderão fiscalizar as nossas feiras, designadamente a de Artes Ofícios e Sabores, questionando se na última edição os expositores estavam autorizados a vender os produtos.----- Para responder foi dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente que considerou a intervenção do Sr. deputado José Luís de grande pertinência. Informou que já em Reunião de Câmara o Sr. Vereador Jorge Fernandes havia apresentado o problema e necessidade de certificação dos pro-

duto locais. Referiu que o “caminho se faz caminhando” tendo sublinhado os progressos registados na última feira, designadamente no que concerne à apresentação e embalagem dos produtos, áreas em que a organização investiu de forma considerável. Sublinhou que é um processo evolutivo exemplificando que neste momento existem quatro cozinhas regionais, sendo que há três ou quatro anos não existia nenhuma. Concordou com a necessidade de certificar, no entanto considerou que havia produtos, designadamente os agrícolas que dificilmente poderiam ser certificados. Sublinhou a acção do Sr. Presidente da Câmara na defesa e valorização dos produtos locais, exemplificando com a entrada em funcionamento do lagar em Santulhão e com a sensibilização e encorajamento a que outras pessoas construam cozinhas regionais. Considerou que a Câmara Municipal não se tem demitido das suas responsabilidades cabendo também às pessoas associarem-se e ter espírito de iniciativa. -----

----- Solicitou e foi autorizado a intervir o Sr. Vereador Jorge Fernandes. A propósito da Feira de Artes Ofícios e Sabores considerou que se registaram melhorias significativas designadamente no cuidado dado à apresentação/embalagens dos produtos, dando uma outra imagem ao certame. No entanto, disse continuar a existirem alguns problemas, tendo exemplificado com o facto de ainda ser apresentado azeite em garrações com o rótulo da água. Considerou que situações destas não podiam acontecer porque denegriam a imagem do concelho. Referiu que cabe aos expositores, agricultores, aos técnicos e até mesmo aos deputados ajudarem a ultrapassar estas situações. Para além de ser importante certificar os produtos, disse que era fundamental apostar no licenciamento dos produtores, designadamente as unidades de produção primária destinadas à transformação (azeitonas, mel , enchidos). Referiu que, mesmo as cozinhas regionais que estiveram na feira não estão totalmente licenciadas pois que os suinicultores não estão licenciados e, provavelmente os suínos utilizados não são abatidos em matadouro. Concluiu dizendo que esta sua intervenção tinha como objectivo ajudar a melhorar todas essas vertentes da produção e transformação dos produtos, dando, por conseguinte, uma nova imagem à feira e ao concelho. ----- No uso da palavra, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Matela, César Rodrigues, considerou que a feira tem vindo a melhorar qualitativamente. Relativamente à certificação de produtos referiu que a certificação dependia do facto de se tratar ou não de

um produto com denominação de origem. Quanto ao licenciamento das unidades de produção criticou as instituições estatais do concelho que frequentemente complicam e colocam obstáculos aos projectos de licenciamento no lugar de colaborarem. Ainda a este respeito questionou como é que era possível a um pequeno agricultor licenciar uma unidade de transformação de azeitona, pois que, tal exige avultados investimentos. Referiu que o que mais o preocupava eram as questões relacionadas com a segurança alimentar, sendo que, a esse nível constatou que houve os cuidados necessários na Feira de Artes Ofícios e Sabores, até porque a maioria dos produtos expostos não oferecem perigo. Quanto ao fumeiro defendeu a necessidade do licenciamento tendo referido que as cozinhas presentes na feira estão licenciadas de acordo com as normas legais, ao contrário do que referiu o Sr. Vereador Jorge Fernandes, pois que, não obriga a ter nenhuma pocilga, bastando utilizar carne devidamente certificada ou seja com o selo de sanidade do matadouro. -----

----- Interveio o Sr. deputado José Luís Rodrigues que mostrou concordância com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Matela, César Rodrigues, tendo, no entanto, alertado para o facto de, em termos práticos, existirem produtos designadamente fumeiro, que não obedecem às normas legais até porque prevalecem as matanças de porco tradicionais. Nesse sentido considerou que, dos produtos expostos na feira, ninguém poderia garantir/ estarem em perfeitas condições de serem consumidos. Concluiu dizendo que o que resultava de todas as intervenções é que era fundamental fazer todos os esforços para apresentar produtos de boa qualidade e em boas condições. ----- De novo no uso da palavra, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Matela, César Rodrigues esclareceu que, em termos de segurança alimentar, a primeira garantia é a de que a lei obriga as unidades licenciadas a terem um plano de H.C.C.P, cabendo às instituições próprias a fiscalização, donde os agricultores / produtores não podiam ser culpabilizados uma vez que cumprem a lei. -----

----- Não tendo havido mais intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia colocou este ponto à votação tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta. -----

----- Pediu a palavra o Sr. Presidente da Câmara para informar que por motivos de agenda inadiáveis (reunião na C.C.D.R.N.) iria ausentar-se da reunião. ----- **Ponto**

Quatro Seis). – Apreciação e Votação da Criação do Gabinete de Apoio ao Emigrante na Câmara Municipal de Vimioso. -----

Para introduzir este assunto foi dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente. Informou que a Câmara Municipal fora contactada pelo Sr. Director dos Serviços Regionais do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Assuntos Consulares, Dr. Jorge Oliveira, propondo a assinatura do presente protocolo com vista à criação do Gabinete de Apoio ao Emigrante. Continuou dizendo que a proposta mereceu a aprovação da Câmara Municipal. Considerou o Gabinete de muita importância uma vez que no nosso concelho existem muitos emigrantes que frequentemente têm necessidade de tratar de assuntos diversos, tendo, para o efeito, necessidade, muitas vezes, de se deslocarem ao Porto. Informou que será dada formação a um funcionário da Câmara e que esta terá um papel de intermediário entre o emigrante e os Serviços do Ministério. -----

----- No uso da palavra o Sr. deputado Aníbal do Rosário, louvou a atitude da Câmara Municipal ao aceitar este acordo, considerando que se tratava de uma medida descentralizadora, justamente no sentido oposto do que está para acontecer , ou seja, encerramento de serviços públicos. Considerou que o gabinete teria um papel muito importante pois na verdade existem no concelho muitos emigrantes, tendo sugerido que o funcionário que venha a desempenhar essas funções apresente perfil para as mesmas. ----- Posto à votação este ponto foi aprovado por maioria com duas abstenções, dos Srs. deputados Acácio Fernandes e José Luís Rodrigues. Colocado à votação em minuta foi aprovado por unanimidade.

----- O Sr. deputado Acácio Fernandes apresentou a seguinte declaração de voto: “ em relação a este gabinete eu abstenho-me por duas razões: primeiro não aceito, ou os meus neurónios não aceitam que o Governo deste País se demita das suas funções extinguindo serviços da sua inteira responsabilidade e depois tente transferi-los para as Câmaras Municipais sem nenhuma contrapartida; a segunda razão porque acredito que a Câmara não tem capacidade quer humana quer logística para dar cumprimento a este protocolo”.-----

----- Ponto Quatro Sete). – Apreciação e Votação da Contratação do Empréstimo para a Construção de vinte e seis fogos na Urbanização de S. Vicente em Vimioso. -----

----- Dada a palavra ao Sr. Vereador Engenheiro Oliveira para introduzir este ponto, referiu que a Câmara Municipal apresentava a esta assembleia, para votação, um empréstimo no valor de quinhentos e quarenta e oito mil duzentos e dezoito euros destinado a custear as despesas com a construção de vinte e seis fogos (habitação social) no loteamento de S. Vicente. Esclareceu que este empréstimo, nos termos da lei, não era contabilizado nos limites de endividamento municipal. Informou que era contratado directamente com o Instituto Nacional de Habitação nas condições que constavam da documentação entregue aos senhores deputados. ----- No uso da palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, Vítor Pires referiu que, apesar do presente empréstimo não ser contabilizado na capacidade de endividamento municipal, a verdade é que constituía mais um encargo para a Câmara. A propósito da construção dos vinte e seis fogos pediu o seguinte esclarecimento: consta que quem ganhou o concurso foi uma empresa de Bragança, a Cisdouro tendo depois a obra sido entregue a outra empresa. A Cisdouro colocou uma acção no tribunal de Mirandela e, para a retirar recebeu uma indemnização. Pediu que fosse esclarecido este assunto. ----- Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Avelanoso, José Quina. Considerou que o empréstimo constituía mais um endividamento para a Câmara Municipal. Questionou se tinha sido feito algum levantamento das necessidades habitacionais uma vez que considerava vinte e seis casas um número excessivo em função da realidade social do concelho. ----- Dada a palavra ao Sr. deputado Vítor Paiva, este referiu que, inicialmente ficou com algumas dúvidas acerca da contratação deste empréstimo. Contudo, após uma análise mais cuidada, concluiu que não se podiam perder oportunidades como o que aqui era apresentada (cinquenta por cento da construção a fundo perdido e cinquenta por cento a pagar em vinte e cinco anos) uma vez que representava muito pouco em termos de encargos para a Câmara. Mais ainda, o esforço é reduzido porque os futuros moradores pagarão uma renda que cobrirá parte dos encargos com os juros. ----- Para responder foi dada a palavra ao Sr. Engenheiro Oliveira. Relativamente ao levantamento social referiu que tinha sido feito caso contrário o Instituto Nacional de Habitação não teria feito o acordo de colaboração com a Câmara Municipal. Especificou que as vinte e seis casas se destinam a famílias que actualmente vivem nos bairros da

Atalaia e Barreiros. Esclareceu o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, Vítor Pires, dizendo que a Câmara nunca indemnizou ninguém. Sublinhou que quem ganhou o concurso é quem está a executar a obra. Na verdade um dos concorrentes interpôs no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela um contencioso pré-contratual e posteriormente uma providência cautelar. A decisão do Sr. Juiz do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela foi favorável à Câmara Municipal, ou seja a Câmara Municipal ganhou a providência cautelar tendo vindo a referida empresa a retirar, posteriormente, a acção inicial. Considerou que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Angueira estaria a fazer confusão com a empreitada do loteamento a qual era totalmente independente da empreitada das casas, sendo que o loteamento foi efectivamente feito pela Cisdouro. ----- O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Angueira disse ter ficado esclarecido tendo questionado se as habitações em construção era para aluguer ou para venda. -----

----- Para responder foi dada a palavra ao Sr. Vereador Oliveira dizendo que se destina a renda controlada, não se sabendo se, no futuro, serão ou não vendidas, sendo que, só num futuro longínquo. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia colocou este ponto à votação tendo o mesmo sido aprovado por maioria com um voto contra do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Angueira; Vítor Pires e duas abstenções, do Srs. deputados José Carlos Gonçalves e Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Avelanoso, José Quina. Colocado à votação em minuta, foi aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto Quatro Oito). – Outros Assuntos de Interesse Para o Município.** -----

----- Interveio o Sr. deputado Acácio Fernandes que solicitou três esclarecimentos: “ Turicaça; em dois mil e quatro a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Matela e a Junta de Freguesia de Algoso manifestaram a intenção de criar a sociedade Turicaça – Terras de Vimioso, Lda, cujo objectivo era a promoção e gestão de actividades cinegéticas, desportivas, agrícolas, agroindustriais, florestais e turísticas; portanto eu pergunto passados estes dois anos esta sociedade está legalmente constituída ou não? Se está quais as actividades desenvolvidas, se não porque não está. Ensino: soube na última reunião ordinária que a Câmara está a fornecer transporte a alunos do ensino

secundário, para algumas localidades para fora do concelho, eu pergunto, se este cenário for pintado por alunos de outras localidades, qual será a atitude da Câmara; e o último esclarecimento – Terrenos: eu tenho visto gado bovino a pastar lá em baixo naquele lameiro contíguo à ETAR , eu pergunto esse terreno é ou não é da Câmara”. -----

Usou da palavra o Sr. deputado António Frias para apresentar a seguinte situação: na rua do navarro foi alargada a rua tendo ficado lá dois postes no meio da mesma. Sendo que isto foi feito acerca de um ano questionou o porquê dos postes ainda não terem sido retirados. Sugeriu que a Câmara Municipal solicitasse à Associação Nacional de Municípios o estabelecimento de prazos de tempo para a E.D.P. executar as obras contratadas pelas autarquias. Referiu-se ainda à Zona Industrial dizendo que concordava com a venda de lotes a preço simbólico, no entanto, disse que a Câmara devia fazer mais, designadamente desterrando alguns lotes e colocando as terras noutros a fim de evitar custos elevados aos potenciais investidores. -----

No uso da palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Matela referiu-se à Zona de Caça Turística para dizer que a sociedade está legalmente constituída, caso contrário não teria tido publicação no Diário da República. Considerou que, com esta Zona de Caça, as populações podiam efectivamente beneficiar desse seu recurso. Informou que a sociedade (Câmara, Junta de Freguesia de Matela e Junta de Freguesia de Algosó) está a pensar entregar a exploração ao sector privado mediante contrato a celebrar com clausulas defensoras e protectoras dos interesses das freguesias, bem como da garantia de meios e plano de combate a incêndios. -----

O Sr. deputado Vítor Paiva, na sua intervenção, congratulou-se com a discussão a decorrer na Assembleia, designadamente no que respeita às potencialidades do concelho (agricultura, caça, turismo). Sugeriu o aproveitamento e valorização vinícola da área compreendida entre Angueira, Avelanoso e Vale de Frades. Apelou pois aos esforços para a certificação e comercialização dos nossos produtos. -----

----- O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, Vítor Pires, no uso da palavra apresentou os seguintes assuntos: Estrada Angueira – Três Marras, foram colocados postes ao longo da estrada sendo que dois, pela sua localização, constituem um perigo a quem circula tanto mais que a estrada ainda não tem a última camada asfáltica o que a torna

muito perigosa. Sugeriu a deslocação dos postes para local menos perigoso; pontos de água, tendo solicitado na última reunião a colocação de barras de protecção e sinalização de uma charca situada numa curva da estrada Angueira-Caçarelhos, questionou qual o ponto da situação; - entulhos: no cruzamento de S. Joanico voltam a estar depositados entulhos; sinalização de trânsito: na rua do lar de Vimioso estão sempre estacionados carros de ambos os lados causando, frequentemente problemas de circulação. Sugeriu a colocação de sinal proibido estacionar num dos sentidos. -----

----- Novamente no uso da palavra o Sr. deputado Vítor Paiva, desafiou os Srs. Presidentes das freguesias raianas a fazerem a rota do contrabando, a qual traria turistas ao concelho. -----

----- Interveio o Sr. deputado Nuno Penascas para apresentar o problema relacionado com o telhado da Igreja de Junqueira. Questionou se está prevista alguma intervenção, considerando que deve ser rápida uma vez que existem infiltrações de água. -----

----- Para responder às intervenções foi dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente. Relativamente à Turicaça, referiu que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Matela, César Rodrigues já tinha feito os esclarecimentos necessários. Acrescentou que a Zona de Caça Turística já tinha sido publicada, ultrapassando-se, dessa forma, toda a fase de burocracias. Considerou que a partir de agora o fundamental era conseguir os proveitos económicos para as freguesias de Algosó e Matela. Informou que o terreno à entrada de Vimioso ainda não é pertença da Câmara Municipal . Respondeu ao Sr. deputado António Frias informando que a E.D.P. já fora oficiada esperando que a situação dos postes se resolva. Quanto à Zona Industrial referiu que a nova fase ficaria constituída por três plataformas pois que não fazia sentido criar apenas uma em função dos custos que tal implicava. Concordou com o Sr. deputado Vítor Paiva reforçando que o concelho tem de facto grandes potencialidades que deverão ser aproveitadas. Considerou a rota do contrabando uma ideia / proposta interessante. Respondeu ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, Vítor Pires dizendo que a estrada Angueira – Três Marras estava ainda em construção e que, certamente, as questões de segurança seriam acauteladas inclusivamente a que decorre da localização dos postes. Quanto à protecção da charca referiu que estava a ser equacionada a situação. Relati-

vamente aos entulhos na berma da estrada das Três Marras informou que há poucos dias, a “ Brigada Verde” havia alertado para o facto de existirem lixos não degradáveis (plásticos) tendo a Câmara Municipal mandado retirar, de imediato, esse lixo. Quanto à sugestão da limitação do estacionamento disse que o assunto seria colocado aos técnicos. Esclareceu o Sr. deputado Nuno Penascais, relativamente à Igreja de Junqueira, dizendo que, apesar dos edifícios religiosos serem da responsabilidade das comissões fabriqueiras, a Câmara tem estado atenta e conseguido financiamento para a sua recuperação. Quanto a Junqueira foi feita uma candidatura a uma T.N.S. não tendo sido aprovada. Foi feita nova candidatura e aguarda-se resposta. Informou que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Matela e os representantes de Junqueira já tinham colocado o problema e que logo que possível seria encontrada uma solução. ----- No uso da palavra, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Angueira agradeceu a proposta / sugestão do Sr. deputado Vítor Paiva, considerando que deveriam reunir-se os Presidentes de Junta dessas localidades raianas e apresentar uma candidatura à CORANE. -----
----- Na sua intervenção, o Sr. deputado José Luís congratulou-se com a proposta do Sr. deputado Vítor Paiva e com a forma como ele se interessa pelas questões culturais do concelho. Referiu-se aos limites das freguesias sinalizadas com o que se designa de “Marras”, sendo que alguns desses marcos não se encontram visíveis. Sugeriu que em volta desses marcos fosse feita desmatação atendendo a que se trata de locais de interesse histórico. Sugeriu ainda que fossem limpos / avivados os caminhos e passagens de serventias de terrenos, evitando-se, dessa forma, desentendimentos entre proprietários. Pediu aos Srs. Presidentes de Junta esse esforço sugerindo que pedissem o apoio à Câmara pois que, se fosse ele a solicitá-lo não lhe era concedido. Referiu-se ainda a uma proposta que apresentara numa reunião da Assembleia relacionada com a possibilidade da Câmara Municipal disponibilizar o coveiro em situações / freguesias onde não exista gente para fazer esse trabalho. Afinal, o coveiro da Câmara, disse que tem feito esse trabalho em determinadas freguesias. Disse que o Sr. deputado Aníbal votara contra mas que se comprometera a apresentar uma proposta na reunião seguinte, facto que nunca aconteceu. Recordou que na altura a sua proposta até seria aprovada não fosse a forma como decorreu a votação. Sugeriu / desafiou ao Sr.

deputado Aníbal do Rosário a apresentar a prometida proposta na próxima reunião. ----- Pediu para usar da palavra o Sr. Vice-Presidente. Referiu-se à intervenção do Sr. deputado José Luís a propósito de dizer que quando pede apoio não lhe é concedido. Disse não aceitar o tom irónico com que o fez até porque não correspondia à verdade pois que o Sr. deputado, no exercício das suas funções profissionais, já fizera pedidos à Câmara tendo sido atendido, ainda que, a Câmara não tenha qualquer responsabilidade em atender esses pedidos. No entanto é com gosto que têm vindo a responder às solicitações. Relativamente ao coveiro disse não saber onde é que o Sr. deputado vira o coveiro da Câmara, uma vez que não foi dada qualquer ordem nesse sentido, donde, a situação seria averiguada. Referiu que era normal que o coveiro da Câmara Municipal fizesse serviço particularmente, desde que fosse fora das horas de serviço ou em período de férias. ----- Interveio o Sr. Vereador Jorge Fernandes que informou o Sr. Presidente da Assembleia que os vereadores do Partido Socialista não foram convocados para a reunião extraordinária da Assembleia Municipal de Outubro. Sublinhou que só por motivos de força maior é que falta às Assembleias estando disponível para participar de forma construtiva pois que entende ser esse o papel da oposição. Referiu-se ainda a intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Angueira e respectivas respostas do Sr. Vereador Oliveira para dizer que não concordava com algumas afirmações proferidas pelo Sr. Vereador. Exemplificou com o facto de ter dito o Sr. Vereador Oliveira que foi a Câmara que fez o calcetamento do Parque de Merendas de Angueira. Ora, o Sr. Vereador Jorge Fernandes considerou que o referido parque constitui uma obra estruturante não só para Angueira mas para todo o concelho, tendo referido que o parque já proporcionou receitas significativas para a comissão de festas de Angueira. Considerou que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Angueira tem razão ao reclamar trabalhos e obras para Angueira colocando-se ao seu lado nessas reclamações. Referiu que a estrada Angueira – Três Marras foi das últimas a ser beneficiada, e relativamente ao polidesportivo de Caçarelhos em que o Sr. Vereador Oliveira referira que seria feito contra a vontade de alguns membros da Câmara, manifestou a vontade de o ver feito mas questionou o representante da Junta de Freguesia de Caçarelhos se essa era a obra prioritária para a

freguesia. Relativamente ao plano referiu que existiam freguesias com investimentos (previstos) consideráveis e outras freguesias sem qualquer tipo de investimento. ----- Pediu e foi dada a palavra ao Sr. Vereador Oliveira que esclareceu que as suas afirmações tinham sido feitas num contexto claro e inequívoco de refutar as afirmações do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, segundo o qual, em Angueira não se fazia nada, tendo demonstrado que tal não correspondia à verdade . Relativamente ao polidesportivo de Caçarelhos lembrou ao Sr. Vereador Jorge Fernandes que não referira o nome do membro da Câmara que se mostrara em desacordo com a obra, pelo que, se o Sr. Vereador assumia essa posição só lhe ficava bem. ----- Pediu a palavra o Sr. Vice-Presidente para fazer alguns esclarecimentos. Sugeriu que se verificasse no plano qual o valor da estrada Angueira – Três Marras. Referiu que se o parque de merendas de Angueira é estruturante para o concelho e que a ele recorrem pessoas que não são de Angueira, lembrou que o polidesportivo previsto para Caçarelhos também não se destina exclusivamente à população de Caçarelhos mas a todos que o queiram utilizar inclusivamente a população de Angueira. Finalmente disse que não aceitava que se tratassem assuntos de forma irónica e provocadora. Relativamente a Angueira, já que de lá se reclama tanto e se critica tudo e todos lembrou que o seu colega, Vereador Jorge Fernandes, foi simultaneamente vereador e membro da junta de Freguesia de Angueira pois que, esta tomou posse fora do prazo legal(na sequência do último acto eleitoral); continuou dizendo que tinha conhecimento, desejando que não fosse verdade, que a Assembleia de Freguesia de Angueira em dois mil e seis aprovara as contas de dois mil e quatro, com a agravante de em dois mil e seis a Assembleia de Freguesia ter uma composição diferente da de dois mil e quatro. Questionou ainda se as contas de dois mil e cinco já foram aprovadas e se o foram, quando. Considerou que, a ser verdade, era uma situação grave. -----
----- No uso da palavra, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, Vítor Pires pediu que as afirmações do Sr. Vice-Presidente ficassem registadas em acta. -----

PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA

----- Não se registaram intervenções neste período.-----

----- E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião pelas treze horas, da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

O 1º Secretário da Assembleia Municipal

O 2º Secretário da Assembleia Municipal
